



**Ata Call 3ª Reunião Geral do Fórum Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos -  
22.10.2020**

**Participantes:** Adriano Tonaco (FIEMG), Alessandra Fajardo (Bayer), Alexandre Brasil (Evergreen Investimentos Florestais), Alexandre Lunardelli (Academia de Mindfulness), Ana Carolina Cerqueira Duque (Akiav Advocacia), André Guimarães (IPAM), Andrea Garcia (IPAM), Andreia Bonzo (Pinheiro Neto Advogados), Anja Wucke (GIZ), Bastiaan Philip Reydon (Kadaster International Holanda), Caio Pompeia (USP), Camila Dias (Insper), Carla Gheler-Costa (assessora Dep Fed Rodrigo Agostinho), Carlos Humberto (Plantio Brasil), Carol Sacramento (Black Jaguar Foundation), Carolina Dubeux (COPPE/UFRJ), Caroline Rolim (TNC), Célia Onishi (UNICAMP), Cristiane Casini Bitencourt (CMA Senado), Cristina Leme Lopes (CPI/PUC-Rio), Daniela Vilela (FSC), David Strenger Garcia Cid (Pinheiro Neto Advogado), Demétrio Toledo (ME), Douglas Simões (Pure Brasil), Eduardo Bastos (Bayer), Fabio Marques (Plantar Carbon), Fernanda Rotta (Rotta Moro), Fernando Veiga Neto (TNC), Flavia Frangetto (CMA Senado), Frederico Rabelo (Akiav Advocacia), Gabriel Lui (iCS), Gabriel Siqueira (Instituto Governança de Terras e Unicamp), Guido Penido (Banco Mundial), Gustavo Souza (CDP), Jane Cavalcante (SEMA-MA), José Carlos Fonseca (Ibá), Júlia, Kalil Cury Filho (Partner Desenvolvimento), Kamila Los (BRF), Lara Monteiro (IIS), Leila Harfuch (Agroicone), Leonardo Parangaba (UFMS), Licia Azevedo, Livio Silva (The Graduate Institute of Geneva), Maiko Cassiano (BRF), Manoel Vicente Valentim (UNICID), Marcello Brito (Abag), Marcelo Theoto Rocha (Fabrica Ethica Brasil), Marco Morato (OCB), Marcos Takaoka (BRF), Marcus Vinicius Alves (SFB), Maria Vitoria Prado Monteiro (ECCON Soluções Ambientais), Mariana Barbosa (Pinheiro Neto Advogados), Marina Tavares (Black Jaguar Foundation), Mario Sergio (Vasconcelos Consultoria em Sustentabilidade e Arquitetura), Michele Cotta (CentroClima UFRJ), Mônica Breda (STCP), Mônica Dias (Audsat), Monica Alcantara (Atvos), Oscar Sarcinelli (UNICAMP), Octaciano Neto (EloGroup), Patricia Guimarães, Petras Shelton-Zumpano (Universidade de Melbourne), Rafaela Kern (Souto Correa Advogados), Raíssa Ferreira (CLUA BR), Renata Dias (UFMS), Ricardo Esparta (EQAQO), Ricardo Santos (ME), Roberto Strumpf (Pangea Capital), Roberto Marin (ATA Sustentabilidade e Valor), Ronaldo Seroa da Motta (UERJ), Rubens Benini (TNC), Sérgio Ferrão (ME), Simone Gonçalves (Abiec), Suzana Sattamini, Tatiana Botelho (CLUA), Vanderlei Perez Canhos (CRIA - Centro de Referência em Informação Ambiental), Fernanda Macedo (Coalizão Brasil), Joice Oliveira (Coalizão Brasil), Laura Lamonica (Coalizão Brasil) e Maiara Beckrich (Coalizão Brasil).

**Atualizações das Forças Tarefas do Fórum PPIE**

**FT Monitoramento do Ordenamento Territorial**

- A FT tem como objetivo se debruçar sobre os desafios para o ordenamento do território brasileiro. O grupo entende que apenas a partir da segurança jurídica, poderemos viabilizar a implementação dos instrumentos existentes e dar as bases para a criação de outros instrumentos que viabilizem o ordenamento territorial.
- Como avanços da FT, podemos citar a participação em reunião do Grupo de Trabalho do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais da receita federal e a articulação com a UNICAMP na



qual discute-se uma possível metodologia para avançar no tema da certificação fundiária. A intenção da ferramenta de compliance fundiário é promover uma agenda positiva do agro brasileiro, ao criar uma lista dos imóveis rurais que estão em conformidade ambiental.

- Os próximos passos da FT, incluem a realização de um workshop sobre uma eventual integração de dados, visando trazer maior clareza sobre a constituição territorial do país e um debate com os stakeholders sobre a ferramenta de compliance fundiário.

#### **FT Regularização Fundiária**

- A FT nasceu com o objetivo de fornecer subsídios para a Coalizão se posicionar sobre o tema da regularização fundiária, em especial no que se referia à MP910. Em maio, a MP perdeu validade, dando lugar ao PL2633, mas dado o contexto da pandemia, a tramitação do PL perdeu força. Diante dessa desaceleração, em agosto, o grupo começou a desenhar uma série de webinars com objetivo de trazer uma discussão mais ampla sobre regularização fundiária para os integrantes da Coalizão. Entretanto, por conta do esfriamento do tema no Congresso, a realização dos webinars foi postergada.
- A FT conta com diversos integrantes que trabalham de perto com esse tema em suas organizações e seguem atentos à agenda de tramitação deste PL para que possamos retomar o trabalho quando o assunto voltar a entrar em pauta.

#### **FT PSA**

- A FT foi criada para discutir o PL 5028/2019 que trata da criação de uma política nacional de PSA. Consideramos importante contribuir na construção do PL já que, fosse aprovado como inicialmente proposto, poderia inviabilizar projetos de PSA já existentes no Brasil. Nesse sentido, elaboramos uma [nota técnica](#) com nossas sugestões e incentivamos a realização de audiências públicas para discutir pontos como segurança jurídica e tributação. O PL foi aprovado na câmara e, atualmente, está no senado, sob a relatoria do Senador Contaratto. Com o contexto da pandemia, perdeu-se o caráter de urgência da votação, mas a FT tem trabalhado para resgatar este tema junto à equipe do Senador Contaratto.
- O grupo também está discutindo a regulamentação do artigo 41 do Código Florestal que aborda o PSA. Diante da possibilidade de que o governo crie uma CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas - específica para atividades de serviço ecossistêmico e, de modo a entender o aspecto jurídico desta classificação, envolvermos a Pinheiro Neto Advogados para uma avaliação da proposta. Outro trabalho sendo iniciado no escopo da FT é o acompanhamento de uma plataforma transacional para serviços ambientais que visa colocar o produtor que vende serviço ambiental em contato com possíveis compradores. O dep. Enrico Misasi solicitou uma apresentação da plataforma já que enxerga uma relação direta com o tema do PL7578 do patrimônio verde.

#### **FT Estratégia Internacional**

- Os objetivos dessa FT são: manter o Brasil como protagonista na agenda agroambiental internacional; apoiar a criação dos mercados de carbono nacional e internacionalmente;



fomentar a conexão entre as agendas globais do clima e de biodiversidade; e, principalmente, atrair mais capital para a agenda agroambiental no Brasil.

- Com a pandemia, tivemos o adiamento para 2021 de dois importantes eventos internacionais, a Conferência da Biodiversidade (COP 15) e a Conferência do Clima (COP26), mas a FT já começou a se estruturar para pensar em eventos paralelos para a agenda do clima na COP26 e em modos de estabelecer diálogo com o governo para alavancar a agenda agroambiental internacional.
- Paralelamente, a partir de um grupo de trabalho do governo formado pelos Ministérios da Economia, do Meio Ambiente e da Agricultura, temos trabalhado com o TFA em um projeto de PSA, com o objetivo de levar um projeto robusto que aborde a agenda de carbono para Davos em maio de 2021.

### **FT Mercado de Carbono**

- A FT conta com a coliderança de Eduardo Bastos (Bayer), Pedro Soares (Idesam) e José Carlos da Fonseca (Ibá), representando os setores do agro, nativas e plantadas. O grupo de lideranças tem conduzido algumas atividades importantes como a solicitação de audiência com o Ministério do Meio Ambiente, para sugerir alterações na portaria do Floresta+ Carbono, no sentido de favorecer o desenvolvimento de um modelo integrado de monitoramento e contabilidade para REDD+.
- Os líderes têm conduzido momentos importantes de diálogo com os atores envolvidos nesta agenda como o alinhamento com a UBS para entender o lado do setor financeiro e a conversa com o CEBDS, no sentido de evitar a duplicação de esforços. Como encaminhamento do último, combinamos que o CEBDS continuará liderando a agenda, especialmente no âmbito do PMR, com apoio da Coalizão. Por fim, temos trabalhado próximos a FT PSA para o desenvolvimento de um sistema de registro de REDD+ no Brasil e ao Ministério da Economia para revisão do plano ABC que também trata de carbono.

### **DEBATE – Como avançar em Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos para uma nova economia?**

#### **Moderadora Andreia Bonzo (Pinheiro Neto Advogados e líder do Fórum PPIE)**

- O objetivo deste fórum é discutir políticas públicas e instrumentos econômicos que viabilizem uma economia de baixo carbono, que concilie conservação ambiental e produção sustentável. A ideia da conversa de hoje é ouvir as diversas instituições representadas para pensar em como podemos avançar nesta nova economia. Começando pela Flávia, seria importante entender qual a relevância atual da agenda para o Senado.

#### **Flávia Frangetto – Secretária de Apoio à Comissão de Meio Ambiente (CMA):**

- Represento o Senador Contaratto, presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, e também espero contribuir com o debate a partir de minha experiência técnica. Desde de 2019, temos dialogado com a Coalizão sobre o PL 5028/2019, que trata do programa nacional de pagamento por serviços ambientais. O senador entende a importância do tema



e nos deu o espaço para conduzirmos audiências públicas e reuniões técnicas sobre PSA. Para este programa, o senador quer focar nas ações de manutenção, recuperação e melhoria da cobertura vegetal em áreas prioritárias para conservação de biodiversidade e recursos hídricos, o que está alinhado com a matéria do PL em questão. Dado o contexto da pandemia, a tramitação do PL atrasou, mas o senador informou que, assim que as comissões possam se reunir, o PL será pautado na comissão de meio ambiente.

- Nas discussões sobre o PL surgiu a preocupação sobre o impacto econômico do PSA, em relação aos esforços de fiscalização para efeito de conformidade com o Código Florestal. Esse é um exemplo que trago já que, de acordo com a natureza do PL, também precisamos pensar nos instrumentos econômicos que viabilizarão sua implementação. Às vezes o PL trata desses pontos de maneira direta e às vezes o faz subliminarmente, mas de todo modo, essas discussões precisam ser feitas durante a construção para que não surjam apenas na implementação. Nesse sentido, uma maneira na qual a Coalizão pode apoiar o Congresso é discutir a fundo soluções aos problemas que surgem na formulação de PLs.
- Outro ponto interessante que surgiu na discussão do PL 5028, foi a natureza do PSA como uma relação absolutamente contratual. Este é um ponto de atenção, pois pode levar o poder público a entender o PSA como uma maneira de transferir responsabilidades que deveriam ser estatais aos particulares. Assim fica claro que, independente do instrumento econômico em discussão, estes devem estar inseridos em um contexto da maior otimização possível, considerando todos os riscos e oportunidades de sua implementação.
- Gostaria de reforçar que as contribuições feitas pela Coalizão podem subsidiar os processos de decisão. No caso do PL PSA a proposta de redação de artigos feita pela Coalizão foi considerada no relatório.

#### **Moderadora Andreia Bonzo**

- Como, neste contexto de políticas públicas e instrumentos econômico, o Ministério da Economia e o Banco Mundial podem promover a agenda da economia de baixo carbono? Em especial para o Guido Penido, como o projeto de PMR se insere nessa nova economia?

#### **Demétrio Toledo – Analista de Comércio Exterior do Ministério da Economia**

- Essa agenda é anterior ao Ministério da Economia, uma vez que já em 1992, o antigo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços) já tratava da questão da economia de baixo carbono. Sabemos que o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono tem mais vantagens do que desvantagens, e para avançarmos neste sentido é necessário fazer um trabalho de base. Hoje, a questão da imagem é importante e sabemos que existe uma tendência macro de investimento ESG (Environmental, Social and Governance), que indica que não basta ser de baixo carbono, mas tem que mensurar e demonstrar isso de maneira indubitável.
- Hoje existe uma série de condições estruturais que desestimulam as empresas a alterarem seus processos. Neste sentido, no que se refere ao mercado de carbono, por exemplo, é importante ter um registro confiável de emissões, que possa atuar como um mecanismo de incentivo constante para as empresas acompanharem a performance de carbono dos



seus produtos. Precisamos avançar neste tema já que se não estabelecermos as métricas, outros vão medir segundo suas próprias réguas.

- O ministério vem trabalhando junto ao setor privado em temas como economia circular, mercado de carbono, biodiversidade, ou seja, tudo que pode ser um diferencial de competitividade. A natureza da competitividade é da mudança constante e linhas de produção que causam impacto ambiental rapidamente se tornarão obsoletas. Diante do impacto da covid, este processo deve ser ainda mais rápido pois se generalizou a percepção que não adianta cuidar da economia, sem cuidar da saúde e do meio ambiente. À parte das questões conjunturais, a tendência do surgimento dessa nova economia é clara e o melhor que podemos fazer como país é acelerar o processo para que não fiquemos para trás.

#### **Guido Penido – Coordenador Técnico do Projeto PMR-Brasil, Banco Mundial**

- Quanto à importância da ação estatal, gostaria de reforçar a necessidade de uma regulação nacional, mandatória e padronizada de emissões, de modo a auxiliar a precificação de carbono, mas também considerando que, em um mundo no qual cada vez mais os investimentos são direcionados para práticas de baixo carbono, ter dados confiáveis passa a ser chave. Atualmente, várias empresas estão buscando voluntariamente reportar suas emissões e, considerando o aumento de requerimentos subnacionais não padronizados, o custo regulatório será muito alto sem essa padronização. Hoje, o MCTI tem o mandato dos inventários de emissões nacionais e será importante fortalecer esse esforço de padronização, de modo a gerar uma maior credibilidade para o Brasil.
- No PMR, buscamos separar o ambiente voluntário do regulado. No voluntário a mitigação efetiva de emissões da empresa gera um crédito de carbono que pode ser vendido para agentes que buscam compliance. No regulado, o governo define a precificação de carbono a partir de dois mecanismos principais: sistema de comércio de emissões e carbon taxes. Nos carbon taxes, se especifica uma alíquota por tonelada de gases de efeito estufa emitidos e a quantidade total de mitigação será definida no mercado. No sistema de comércio, após mensurar o total de emissões dos agentes do escopo regulado, estabelece-se uma meta de redução de emissão a partir da quantidade. A precificação será definida no mercado, ou seja, os agentes regulados poderão transacionar suas permissões de emissões entre si para cumprir com as regulações. No PMR nos focamos na opção do mercado já que vimos uma rejeição muito grande a qualquer nova iniciativa tributária no país.
- Desde o início do projeto em 2016, trabalhamos o desenho para o mercado de carbono brasileiro regulado, com implementação gradual – a partir do desenvolvimento das instituições, base de dados e registros necessários – para que tenhamos um instrumento custo-efetivo e que dê liberdade para os atores escolherem como cumprir suas obrigações de redução. Do ponto de vista climático, não importa onde a mitigação está sendo feita e por isso os atores podem realizá-la onde é menos custosa. Isso é importante porque permite menor custo agregado para cumprimento da regulamentação climática.
- Hoje quase 20% das emissões globais estão cobertas por mecanismos de precificação e há uma tendência forte de crescimento. Do ponto de vista reputacional e das negociações



internacionais, essa agenda é positiva para o Brasil já que a precificação de carbono é uma forma de minimizar os gastos de cumprimento das metas de NDCs.

- Sobre o tempo para implementação do mercado de carbono no Brasil, depende da vontade política. Como exemplo, na África do Sul o processo foi de mais ou menos 8 anos. Entretanto, com os recursos financeiros e técnicos e o desenvolvimento das instituições necessárias, estimamos que poderíamos implementar o mercado no Brasil em três anos.

#### **Moderadora Andreia Bonzo**

- Agora vamos falar com o Prof. Bastiaan sobre a questão do planejamento territorial que é a base para todas essas políticas e instrumentos se efetivarem. Professor, quais são os desafios neste sentido?

#### **Bastiaan Philip Reydon – Consultor da Kadaster International Holanda e professor aposentado da UNICAMP**

- Pensando nas soluções para o desmatamento, os principais pontos são a diminuição das emissões de carbono a partir de uma agricultura mais sustentável e a destinação dos 200 milhões de hectares de terras devolutas, onde se localiza a maior parte do desmatamento e das queimadas do país. Pensando na manutenção da floresta amazônica, também precisamos incentivar o PSA, o que só será possível a partir de uma clara definição dos direitos de propriedade. Nesse sentido, o país precisa criar uma política de governança de terras já que a gestão atual do território é muito pulverizada e conta com graves problemas de registros das terras, especialmente as públicas. Hoje, por exemplo, os estados não têm cadastro dos títulos emitidos e não existe uma unificação das regras dos cartórios. Precisamos simplificar o processo de regularização e unificar a forma de atuação.
- Tivemos algum avanço com a criação do Cadastro Nacional Rural (CAR), mas o ônus do registro ainda está nas costas do proprietário. Hoje temos diversos órgãos com cadastros, mas não sabemos quais são as informações fidedignas. É fundamental avançar no tema já que a definição dos territórios diminuiu muito os conflitos fundiários, muitas vezes causados pela confusão sobre a titularidade da terra. Sabemos que ainda falta vontade política para isso já que a especulação com terras ainda desempenha um papel central na lógica do país. Ainda assim, a construção de um cadastro único que abarque todo o país é fundamental para a manutenção da floresta em pé a partir do desenvolvimento do PSA e do combate ao desmatamento.